



UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS – UNIPAC
FACULDADE REGIONAL DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS – FACEC
CURSO DE PSICOLOGIA

PAOLLA FERNANDES DA CRUZ CABRERA

**O DESENHO INFANTIL NA REPRESENTAÇÃO PARENTAL DE UM CASAL
HOMOAFETIVO**

BARBACENA

2015

PAOLLA FERNANDES DA CRUZ CABRERA

**O DESENHO INFANTIL NA REPRESENTAÇÃO PARENTAL DE UM CASAL
HOMOAFETIVO**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de Graduação Psicologia da Faculdade Regional de Ciências Exatas e Sociais – FACEC da Universidade Presidente Antonio Carlos – UNIPAC como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Maria Margarete Pinto Chaves

BARBACENA

2015

Paolla Fernandes da Cruz Cabrera

**O DESENHO INFANTIL NA REPRESENTAÇÃO PARENTAL DE UM CASAL
HOMOAFETIVO**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de graduação em Psicologia da Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Aprovada em ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Maria Margarete Pinto Chaves
Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC

Liliam Medeiros da Silva
Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC

Patrícia Dias de Castro
IFMG – Governador Valadares

Dedico aos meus amados pais e irmã, que tanto me apoiaram em todo o decorrer dessa jornada.

RESUMO

Atualmente a família homoafetiva está sendo o alvo de muitas discussões em vários âmbitos. Pela maior visibilidade que se têm nas mídias sociais, seja em novelas, filmes, debates, esse assunto está sendo cada vez mais comum, entretanto ainda se observa muitas atitudes e comentários preconceituosos em relação a esse tipo de configuração familiar, por não corresponder ao modelo padrão de família nuclear. Esse tema é importante como objeto de estudo para a Psicologia, uma vez que, é uma ciência que busca compreender e intervir sobre as relações e comportamentos, e tem um compromisso social na promoção dos sujeitos, das boas relações e da inclusão social de todos os grupos minoritários e marginalizados. Este trabalho aborda justamente a representação que uma criança tem de sua família homoparental, expressada através do desenho. A metodologia de pesquisa adotada foi a de estudo de caso, de uma criança de seis anos, do sexo masculino, que vive em uma família homoafetiva composta por duas mulheres, sendo uma sua mãe biológica e a outra sua companheira, a criança mantendo ainda o contato com o pai. O estudo se deu em três etapas, onde coletamos o desenho feito pela criança, e entrevistamos as responsáveis, a fim de obter maiores informações sobre a dinâmica e história familiar. O estudo teve como proposta analisar a representação que a criança tem de sua família, que se constitui de forma incomum para os padrões sociais vigentes. A partir do desenho da família produzido pela criança, foi feita uma análise da representação que a criança tem de família, se corresponde a sua verdadeira família, destacando aspectos que possam ser relevantes ou indicadores de como ela se sente e lida com essa diferente configuração familiar. Para tanto, utilizamos como instrumento de análise o Manual de Correção do Teste do Desenho HTP de Buck (2003) e de Campos (1969). De acordo com o que pudemos analisar a partir da observação da relação familiar, nos parece existir uma estrutura de regras e papéis que cada membro deve seguir, não se diferenciando de qualquer outro tipo de família. E a partir da análise do desenho, a criança não apresentou nenhuma característica diferenciada que nos remetesse a dificuldades ou atitudes negativas relacionadas à sua configuração familiar.

Palavras-Chave: Família Homoparental. Psicologia. Desenho infantil.

ABSTRACT

Currently the homosexual family is being the subject of many discussions at various areas. The increased visibility that have social media, whether in novels, films, debates, this issue is becoming increasingly common and, though is still observed many attitudes and comments prejudiced against this type of family configuration, not match the model nuclear family pattern. This theme is important as an object of study for Psychology, as it is a science that seeks to understand and intervene on relationships and behavior, and has a social commitment to the promotion of the subjects, good relations and social inclusion of all minority and marginalized groups. This paper precisely addresses the representation that a child has of his homoparental family, expressed through drawing. The adopted research methodology was a case study of a child of five years, male, living in a homosexual family of two women, one of his biological mother and the other her companion, the child still maintaining the contact with his father. The study took place in three stages, where we collect the drawing made by the child, and interviewed the responsible in order to obtain further information about dynamic and family history. The study aimed to analyze the representation that the child has of his family, which is an unusual way for current social standards. From the family drawing produced by child was made an analysis of the representation that the child has of family, if it corresponds to his real family, by highlighting aspects that may be relevant or indicators of how he feels and handles this different family configuration. Therefore, we used as an analytical tool the Drawing Test Correction Manual Buck HTP (2003) and Campos (1969). According to what we can analyze from the observation of the family relationship, it seems exists a structure of rules and roles that each member must follow, in a manner indistinguishable from any other family. From the design analysis, we observed that the child did not present any differentiating characteristics to refer to the difficulties or negative attitudes toward their family setting.

Keywords: Homoparental Family. Psychology. Childish drawing.

Lista de abreviaturas e siglas

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

APA – Associação Americana de Psiquiatria

CFP – Conselho Federal de Psicologia

DFH – Desenho da Figura Humana

H-T-P – House-Tree-Person (Casa-Árvore-Pessoa)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

SATEPSI – Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNICEF – Fundo das Nações Unidas

Sumário

1 Introdução	9
2 Novas formas de estruturação familiar	11
2.1 História social da família	11
2.2 Homoparentalidade	14
2.3 Homossexualidade	16
3 O Desenho como instrumento para a avaliação psicológica infantil	19
3.1 Fases do desenho	21
4 Estudo de caso	24
4.1 Método	24
4.2 Amostra	24
4.3 Instrumento de coleta de dados - desenho	25
4.4 Instrumentos para a análise do desenho	25
4.4.1 Sobre o H-T-P	25
4.4.1.1 Aplicação da técnica do H-T-P	26
4.5 Procedimentos	27
4.5.1 Primeira etapa	27
4.5.2 Segunda etapa	27
4.5.3 Terceira etapa	29
4.6 Análise do desenho	32
4.7 Resultados	36
5 Considerações finais	38
6 Referências bibliográficas	39
Apêndice A – Desenho da família	41
Apêndice B – Modelo de TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido)	42

1 Introdução

A homossexualidade e as novas configurações familiares advindas desse modo de relação têm sido objeto de constante discussão, debates e controvérsias na mídia, na sociedade atual de forma geral. Pontos de vista diferentes, e conseqüentemente opiniões diferentes, dão origem a debates acerca deste tema. Essas novas configurações consistem em casais homoafetivos que optam por formarem uma família, sendo adotando, ou, no caso de casais em que um dos cônjuges já tem um filho de outro relacionamento, acolhendo esse filho como sendo do casal.

Muito se fala sobre como essas novas formas familiares se constituem, e uma dúvida muito presente ao se discutir sobre a homoparentalidade é se esse tipo de configuração familiar pode trazer problemas psicológicos e de comportamento nas crianças que dela fazem parte. Sabemos que muitos mitos e preconceitos, se originam de valores pessoais de fundamentação reducionista, e que podem levar a estigmatização, exclusão de muitos indivíduos na sociedade.

Em vista disso, foi escolhido como tema de estudo deste trabalho, o desenho da família de uma criança que faz parte dessa nova configuração familiar, objeto ainda de muita polêmica na sociedade brasileira. Será analisado, através do estudo de caso, o desenho de uma criança do sexo masculino de seis anos de idade, que vive em uma família homoafetiva, composta por duas mulheres, sendo uma sua mãe biológica e a outra a sua companheira, porém, ele ainda mantém contato com seu pai biológico.

Pretende-se ver, através do desenho, a representação que a criança tem de sua família. Observar se ela traz uma representação idealizada, distorcida, diferente da sua família, o que pode ser indicativo de alguma dificuldade que a criança apresente em relação ao seu modelo familiar. Além de analisar como a criança enxerga seu mundo, sua família, suas questões, por meio de sua produção, o desenho, este sendo feito por meio de representações parentais, ou seja, o desenho de sua família. Não somente será analisado o desenho, mas suas ações e verbalizações durante o processo. Será interpretado o conteúdo do desenho a partir do manual do teste projetivo H-T-P, onde usaremos o que diz a respeito da figura humana e da representação dinâmica do seu desenho familiar. Como forma de termos um embasamento teórico mais concreto, e finalmente, a obra de Campos (1969) que aborda o significado da figura familiar.

A importância desse estudo, ainda que realizado apenas através de um caso, é

chamar a atenção para o fato de que, o que importa numa família não é sua configuração, mas, a condição de suas relações afetivas, ou seja, acreditamos que uma família bem estruturada psicologicamente não tenha ligação direta com a identidade de gêneros parentais, mas pela qualidade das relações nela contida.

2 Novas formas de estruturação familiar

2.1 História social da família

A concepção de família já passou por diversas mudanças desde os tempos antigos, onde o casamento tinha a função de, principalmente, passagem de riqueza de uma família a outra. Para Ariés (1981), o sentimento de família que conhecemos atualmente ainda não era conhecido durante a Idade Média, nascendo em meados do século XV – XVI, até se expandir definitivamente no século XVII.

A ideia que se desenvolveu nessa época, era de que família e linhagem eram coisas diferentes. Família significava um grupo mais próximo, membros que residiam juntos, e também vários casais que viviam em uma mesma propriedade, principalmente aqueles que ainda não tinham bens próprios, como sobrinhos e primos solteiros. É desta concepção que se originou as idéias tradicionalistas do século XIX sobre a grande família patriarcal, onde o pai é o centro da família, a pessoa que impõe as regras que todos os outros membros deverão seguir. Áries (1981) nos mostra o conceito de linhagem, onde os grupos unidos pelo laço de sangue que descendiam do mesmo ancestral, mas que não havia um laço tão forte quanto a família residia em uma mesma moradia. Essa ideia se aproxima da nossa visão familiar moderna.

Roudinesco (2003) aponta três fases do período de evolução da família. Na primeira fase, a família tinha como objetivo a passagem do patrimônio, onde os casamentos eram arranjados, subordinados a uma autoridade patriarcal. Nesta fase, o sentimento afetivo não era levado em conta, e as práticas sexuais aconteciam principalmente pela função de procriação. Na segunda fase, a família denominada “moderna”, o amor romântico foi evidenciado, e os casamentos, mesmo que arranjados, enfatizavam a reciprocidade dos sentimentos. Na terceira fase, dita “contemporânea”, os indivíduos costumam buscar a satisfação afetiva, realizando o matrimônio somente quando se sentem realizados intimamente com o companheiro escolhido. A essa terceira fase, podemos dizer que, se refere ao modelo de matrimônio e relacionamento que temos atualmente.

A intolerância diante de situações adversas, estranhas a um determinado grupo, não começaram nos tempos atuais, acontecendo também na esfera da educação e instituições. De acordo com Áries (1981), no século XVII as escolas fundadas pelos pobres acabaram por agregar também as crianças ricas, mas a partir do século XVIII, as famílias burguesas retiraram seus filhos, para colocarem em classes de colégios feitos especialmente para eles. A

partir daí, famílias e classes se aproximaram e reuniam de acordo com suas condições, semelhanças morais e sociais. Podemos ver a partir desses fatos que esses sentimentos de classe já manifestam a intolerância diante da diversidade.

Na família contemporânea, a definição dos papéis de cada membro é criticada, sendo cada vez mais discutida a função de cada um. Como nos apresenta Uziel (2002), a partir do final do século XIX e início do XX, começa a ser priorizado o sentimento de realização pessoal e sexual através da relação conjugal, e não mais a obrigatoriedade do casamento pelas funções de procriação e regras sociais. Contudo, ainda hoje vemos o discurso de procriação e matrimônio, como sendo os determinantes da denominação “família”. O modelo tradicional e patriarcal de família, composto por um pai provedor, uma mãe dona de casa e filhos não é o único modelo aceito socialmente. Famílias monoparentais, ou seja, compostas por um adulto e uma criança, já é muito frequente e existe em grande número no mundo, sobretudo no Brasil. Isto, pelo que vemos, talvez possa ser um dos motivos que fizeram com que este tipo de família seja mais bem aceita. Existem ainda diversos tipos de composição familiar, e pelo que podemos perceber no cotidiano, algumas já são mais aceitas, como a família monoparental – família formada por um só adulto e criança, e outras ainda não, como é o caso da família homoparental.

O lugar da família em seu papel social, sempre foi ligado à interesses, sofrendo assim, modificações ao longo do tempo. De acordo com o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) (2004):

O modelo da família ocidental, nas décadas de 60 e 70, era o de um casamento monogâmico, apoiado num casal estável, articulado em torno de papéis sexuais repartidos rigorosamente entre os cônjuges. A família era vista como uma instituição com formato definitivo produzido pela industrialização; sua universalização acabaria por ocorrer entre outras civilizações do mundo, à medida que essas fossem se modernizando.” (UNICEF, 2004, p.16).

A mudança na estruturação e configuração familiar é evidente nos dias atuais, sobretudo no Brasil. Houve uma revolução gradativa em termos de comportamento sexual e de escolha de parceiros, o que fez com que os tipos de casais se tornassem tão diversos, e conseqüentemente, os tipos de família também se modificar. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística) - Censo demográfico 2010, a maioria das unidades familiares é formada por duas ou mais pessoas com laços de parentesco (87,2 %); as pessoas que vivem sozinhas 12,1% e pessoas sem parentesco 0,7%. É analisada também a comparação

entre 2000 e 2010, onde houve o crescimento do número de pessoas morando sozinhas, que passaram de 9,2% para 12,1%, e também o aumento de famílias que têm a mulher como sendo a responsável, de 22,2% para 37,3%. De acordo com esses dados, podemos ver que a diversificação da composição familiar acontece em vários âmbitos, o que nos faz constatar que a família brasileira está em constante mutação, seja no número de componentes ou na composição de gêneros.

De acordo com Áries (1981), quanto mais tempo um indivíduo passa se relacionando socialmente, maior a influência que essa sociedade tem sobre ele. Aguiar (2014) também destaca que, assim como o indivíduo, a família também é influenciada por seu contexto histórico, cultural e social, o que pode causar o desequilíbrio na estruturação interna familiar. Sabemos que nos tempos atuais, a modernização evoluiu os processos de socialização, e assim, com a criação de novas formas de comunicação como computadores, celulares, formas de se comunicar através de mensagens, voz ou vídeos, fazem com que o ser humano esteja cada vez mais imerso em uma multidão. Assim acontece também com a família, em que os valores e costumes de pessoas ao seu redor podem influenciar o modo de relacionamento interno da família. Se essa família não possui uma estrutura interna forte que proporcione a união, as influências externas poderão dissipar qualquer sentimento familiar, e assim resultar em desentendimentos e dificultar qualquer processo de construção de sentimento familiar que é necessário para o bom relacionamento entre os membros. Aguiar (2014) revela que, um contexto familiar saudável não é privativo ao modelo tradicional de família, de pai, mãe e filho, mas se deve exclusivamente às funções e pela forma com que essa família se organiza. A dinâmica entre os membros é responsável pelo funcionamento saudável da família, não importando a quantidade, características físicas ou sociais dos membros compostos por ela. Desta forma, em uma família que tenha uma criança, não importa quem são os pais, mas sim o que eles fazem para atender as necessidades dos filhos. (AGUIAR, 2014).

O ser humano se constitui a partir das relações sociais, que estão cada vez mais diversificadas e complexas. A vida privada está cada vez mais ameaçada. Vimos isto no processo de criação dos filhos, onde pessoas externas a família, como vizinhos, parentes, se envolvem em questões que diz respeito à educação dos mesmos. Guareschi (1992) nomeia de “excluídos” as pessoas que vão contra os ideais impostos pelo poder autoritário da sociedade. Essas pessoas não aceitam o que existe de “diferente” na sociedade, em nome de uma ordem ou unidade, e acabam por excluí-los, como disfunções passageiras. Desta forma, nos parece que enquanto as pessoas vistas como “diferentes” continuarem a ser da forma que são, não

serão “incluídas”, mas quando essa “disfunção” se extinguir, essas mesmas pessoas poderão ser aceitas. Sobre esse ponto, Guareschi (1992) salienta:

Para tal visão de mundo, todo o que pensa de outra maneira, todo o que aspira a uma “nova ordem”, todo o que pensa uma possível mudança, não passa de um subversivo, de um divergente. Ele atenta contra a suprema lei do equilíbrio universal de todas as coisas. Ele é por isso mesmo um “marginal”, um “periférico”, alguém que ainda não foi assimilado à corrente central, mas que, cedo ou tarde, se “encaixará”. (Guareschi, 1992, p. 10)

Então levantamos um questionamento sobre a forma com que as pessoas vêm as novas formas de estruturação familiar, em especial a família homoparental – o receio e preconceito que ainda existe a respeito desse assunto advêm de concepções particulares, internas ao próprio indivíduo, ou vem de valores e costumes adquiridos pela convivência por pessoas as quais esse sujeito mantém contato. Por isso ainda hoje, depois de muito se estudado sobre esse assunto, pouco ainda é divulgado e esclarecido para a população, podendo ser pela sensação de que não seja necessário devido a ser uma discussão óbvia. Sabendo-se que tudo o que seja contrário ao que é legitimado pela sociedade é passível de desrespeito, as manifestações de intolerância e preconceito sobre esse tema ainda hoje, nos mostra, como profissionais, a necessidade de dialogar e divulgar nossos argumentos, para que a população possa se acostumar e começar a pensar de outra forma. É importante que nosso ponto de vista seja uma tentativa de superar a influência negativa que muitas pessoas sofrem, e seja a maior e mais saudável influência que essas pessoas possam ter – a de pensar por si mesmos e abandonar seus preconceitos.

2.2 Homoparentalidade

Segundo Kamers (2006, p.116), a estrutura familiar não deve ser confundida com o modelo de família conjugal e nuclear, por esta última ser uma construção histórica e social. Sobre uma forma mais recente de constituição familiar, a homoparental, Uziel (2002), nos mostra um ponto de vista muito interessante sobre o termo “Homoparentalidade” e “Homossexualidade”:

Homossexualidade refere-se ao exercício da sexualidade. Funções parentais não exigem o exercício da sexualidade. Seria mesmo usar esse critério para julgar a competência profissional de alguém, sua capacidade para gerenciar conflitos, seu gosto por comida, gênero de filme. São esferas distintas da vida, que se cruzam por uma contingência. A reprodução, muito atrelada à sexualidade, pode ser um dos fatores que deem muito sentido à proximidade dessas duas esferas, bem como a

conjugalidade, a afetividade. São aspectos comuns, como poderíamos encontrar se buscássemos qualquer outra relação. (UZIEL, 2002, p.78).

Roudinesco (2003) expõe o fato de que desde o final do século XIX, o modelo de família patriarcal foi sendo cada vez mais abandonado. A partir daí a família homoparental começou a se evidenciar, sofrendo acusações e condenação moral, sendo aceita somente se os casais separassem a função de pais das ações sexuais. Isto contribuiu para que a homossexualidade fosse vista como perversão, uma anomalia que ocorria e poderia ser controlada pelas regras sociais de que os homossexuais pudessem ter filhos desde que fossem com pessoas do sexo oposto apenas para se reproduzirem. Dizer que os casais homossexuais podem ter filhos se um dos membros praticar o ato sexual com outra pessoa apenas pela necessidade de reprodução, foi um ato de discriminação e tentativa de colocar essas pessoas como sendo anormais, doentes, o que causou todo o desrespeito que os homossexuais ainda sofrem até hoje.

A família constitui um papel de grande importância na sociedade, no sentido de que é de certa forma uma instituição, a primeira em que somos inseridos, e a mais importante no processo de socialização de cada indivíduo. É a partir da família que as pessoas aprendem o que é preciso para se organizar e conviver, sendo vista de uma forma de coerção social até nos dias atuais. A forma na estruturação familiar vem mudando a longa escala e de diversas formas ao longo dos tempos. Segundo Serapioni (2005), a redução do número de filhos, o retardo do matrimônio, os divórcios recorrentes representam alguns dos indicadores dessa mudança. Porém, muitas dúvidas e receios ocorrem por parte da sociedade com relação a essa nova forma de estruturação familiar, como nos diz Silva (2008), existe ainda a ideia de que filhos de pais gays ou lésbicas se identifiquem com a orientação sexual dos pais, e se tornem também homossexuais.

Com isso, vimos que a composição familiar vem mudando constantemente ao longo do tempo, e a qualidade educacional ou psicológica da criança pouco tem correlação com a distinção de variedade de gênero e número dos membros. Há muito que se trabalhar, para levar à sociedade a compreensão de que novas formas familiares existem e vão continuar existindo, para que essas famílias não sejam prejudicadas pela má informação, que gera sofrimento a todos os envolvidos. Por isso, cada trabalho que se faça em torno deste tema é muito importante, para que a sociedade tenha mais acesso à informação e comece a repensar seus valores e atitudes para com estas famílias que ainda sofrem com o preconceito, que mesmo de uma forma mais velada que há tempos atrás, ainda não é vista de maneira natural

no cotidiano.

2.3 Homossexualidade

Com relação à homossexualidade, diante de tudo o que é visto atualmente, a intolerância e discriminação que ainda ocorre com relação às pessoas envolvidas, pode-se pensar a priori que este fato sempre ocorreu, principalmente por parte de discursos de fundamentação religiosas, mas pelo contrário, podemos ver através de alguns textos que a homossexualidade, em algumas religiões antigas, era aceita.

Farias e Maia (2009) fazem um apanhado de histórias e autores que dialogam sobre a relação entre religião e homossexualidade. De acordo com as autoras, muitas religiões de civilizações antigas tinham como alvo de idolatria deuses e deusas que tinham relações com ambos os sexos. Na Índia, por exemplo, principalmente no hinduísmo, os deuses tinham relações com pessoas de ambos os sexos. O ato sexual era visto como culto religioso em templos da Fenícia, Mesopotâmia, Egito, Índia, entre outros. Nas religiões antigas, o que importava era a posição que cada membro ocupava, sendo ativo ou passivo, não importando a identidade de sexo. O Judaísmo enfatizou a importância da procriação, pelo fato da necessidade do aumento de membros, visto que ainda eram um grupo pequeno. Assim, passaram a condenar primeiramente a homossexualidade masculina.

De acordo com Ribeiro (2009), no Brasil, no final dos anos 80 e começo dos anos 90, a luta pelos direitos dos homossexuais intensificou-se com o surgimento da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), que gerou mais uma nova forma de discriminação dessa população por ter sido a mais atingida pela doença. Esse fato deu maior visibilidade, mas de forma negativa. Com a exposição dos sintomas, que na época era difícil de esconder, as pessoas passaram a cobrar do Estado providências, mobilizando mais pessoas simpatizantes para lutar pelos direitos dos homossexuais.

Diante de tanta luta ao longo dos anos, os homossexuais conseguiram ter seus direitos, mesmo que por muitas vezes ainda somente no papel, transcritos nos termos da lei, o que garante uma segurança para que essas pessoas possam ter uma melhor qualidade de vida e igualdade de direitos. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Resolução 217 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948:

Art. 3 - todo o ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança individual.
[...]Artigo 12 - ninguém será sujeito à interferências em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataques à sua honra e

reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques. (ONU, 1948).

Segundo Ribeiro (2009), esta resolução foi criada após a Segunda Guerra Mundial, no final dos anos 40, como forma de prevenir a violência e comportamentos bárbaros que foram cometidos em nome de ideologias políticas e religiosas. A partir daí, os homossexuais começaram a ser representados politicamente, o que concebeu uma maior visibilidade e discussões a respeito do assunto. Desde esses tempos até hoje, mudanças ocorreram, sobretudo a evolução da maneira com que os homossexuais são tratados é aparente. O autor ainda explana sobre as conquistas dos homossexuais com relação a seus direitos, na forma de ordem cronológica, transcreveremos algumas dessas conquistas apontadas pelo autor.

[...] Em 1973, a diretoria da Associação Americana de Psiquiatria (APA) retira o “homossexualismo” do seu Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais (DSM).

[...] 1991 – A Organização Mundial da Saúde (OMS) passa a desconsiderar a homossexualidade como doença.

[...] 2000 (12 de maio) – Em Juiz de Fora, MG, é aprovada a lei que estabelece a garantia aos homossexuais do direito de manifestar sua afetividade em locais públicos e, no Rio de Janeiro, a lei que estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminarem pessoas em virtude de sua orientação sexual.

[...] 2000 (8 de agosto) – Em Belo Horizonte, a Justiça concede guarda provisória de criança a casal de homossexuais masculinos. [...]

[...] 2000 (12 de setembro) – A Holanda aprova uma lei que converte a relação entre pessoas do mesmo sexo em casamento completo, com direito a divórcio e adoção de filhos.

[...] 2001 (Outubro) – Começa a funcionar em São Paulo, a primeira Defensoria Homossexual do Brasil. (RIBEIRO, 2009, p. 24-32)

Hoje, pelo o que podemos ver no dia a dia, o preconceito é velado, mas ainda é percebido em pequenos detalhes. Em termos de lei, no Brasil, no ano de 2013, criou-se a Resolução nº175, de 14 de maio de 2013, que dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas do mesmo sexo. Segundo esta Resolução, Art. 1º, “é vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo.” Esta resolução é de grande importância para os cidadãos homossexuais que queiram oficializar sua relação, visto que pelo que vemos na sociedade, muitas sentem a necessidade de formarem uma família, como qualquer outra pessoa.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) dispõe de uma resolução que defende a liberdade dos indivíduos homossexuais e sobre a maneira com que os profissionais da Psicologia devem agir, sabendo que todos os profissionais devem se ater ao trabalho a ser feito, deixando de lado suas próprias crenças e opiniões pessoais a respeito do assunto.

De acordo com a Resolução CFP N°0001/99 de 22 de março de 1999, a homossexualidade não constitui uma doença, nem um distúrbio e nem perversão. A Psicologia pode contribuir para o conhecimento e esclarecimento sobre as questões de sexualidade de modo a abolir os comportamentos de preconceito e discriminação. Segundo ainda a esta Resolução, Art. 2º, os psicólogos devem contribuir com seu conhecimento, para que os homossexuais não sejam prejudicados pela discriminação e preconceitos gerados por sua condição.

De acordo com Gomes (2009), a questão da homossexualidade deve ser enxergada pela ótica de que, essa é uma questão de expressão afetiva de cada indivíduo, uma preferência sobre um tipo de relacionamento baseado na afetividade sexual, e não se deve ser priorizada a atividade sexual em si. Talvez esse foco na atividade sexual seja um dos fatores que desencadeiam o preconceito e repúdio de algumas pessoas. Tudo o que é diferente gera certa estranheza, o que acaba criando novas formas de discriminação por aquilo que ainda não é comum. Desse fato, surge o conflito familiar, por parte da família dos sujeitos homossexuais. Pelo fato de a família ter uma configuração de uma maneira, a escolha do filho/irmão é estranhada e torna-se um incômodo para aquela família. Sonhos, projeções e desejos dos pais sobre a vida do filho acabam por se confrontar com a realidade, dessa forma as brigas e sentimentos negativos se misturam, causando uma ambivalência de sentimentos, entre querer o melhor para o filho e ao mesmo tempo não aceitar as escolhas dele. A família se torna agressiva, e o sujeito acaba desenvolvendo comportamentos defensivos. Sabemos que o apoio familiar constitui uma parte importante no processo de criação e educação de uma criança. A tensão causada pelos conflitos familiares nos parece ser um dos fatores que mais dificultam o reconhecimento de uma família homoparental como uma família legítima perante a sociedade.

3 O Desenho como instrumento para a avaliação psicológica infantil

Sobre o desenho infantil, Derdyk (1990) nos diz que o desenhar é o exercício da sensibilidade, ou seja, desde pequena a criança já percebe que em suas mãos estão os instrumentos capazes de criar algo significativo, capaz de imprimir marcas sobre qualquer superfície. O desenho, mesmo que seja por rabisco, é resultante de uma ação carregada de intencionalidade, mesmo que se passe despercebido pelas outras pessoas.

O desenho da figura humana, mais precisamente o desenho da família, é usado como um instrumento facilitador na avaliação dos aspectos emocionais da criança, sendo analisado não somente o desenho propriamente dito, mas expressões e fala durante todo o seu processo de criação. Com relação a este ponto, Hammer (1991) observa que, a expressão psicomotora nos dá uma maior possibilidade de interpretação sobre os conteúdos psíquicos do que as palavras. Desse modo, o autor salienta ainda a importância da observação da maneira com que o sujeito se expressa fisicamente, ou seja, se o indivíduo expressa seus traços no papel de modo irritado ou tranquilo, se demonstra hesitação ou naturalidade, se pensa muito antes de desenhar ou desenha rapidamente.

Como em qualquer situação de análise psicológica, no momento do desenho, é imprescindível o cuidado com o ambiente, para que a produção da criança não seja afetada por ruídos externos que possam influenciar em seu conteúdo. No nosso caso, como o desenho contém elementos familiares, onde a criança expressa o que entende por família, a presença da mãe ou alguém próximo a ela, poderá influenciar sua expressão. Portanto, o cuidado com o ambiente em que o desenho é feito é extremamente importante.

Sabendo-se que a criança não consegue expressar suas emoções, sentimentos e pensamentos com clareza por meio de verbalizações, o desenho é o instrumento ideal para a avaliação dessas características. Hammer (1991) expõe que o ser humano começa a usar a linguagem gráfica desde os primeiros anos de vida. As crianças começam a desenhar antes mesmo de aprenderem a escrever, e esse fato mostra que estados psíquicos primitivos já são passíveis de representação simbólica. Ainda segundo o autor, as crianças podem refletir em seus desenhos seus sentimentos sem necessariamente aplicar uma forma, como por exemplo, podem desenhar “um traço feliz”, uma linha “nervosa”, agregando sentimentos às simbolizações, e da mesma forma com as cores, colorindo uma folha pelas cores que mais gosta, representando sentimentos que a criança apresenta no momento.

Não existe um roteiro padronizado para a interpretação do desenho que a criança faz. Pede-se que ela desenhe uma família, e a partir do desenho, interpretam-se qualitativamente as características dos traços. Segundo Hummer (1991), o desenho pode ter elementos de auto-

retrato, ou seja, o modo como a criança se vê no mundo; de um self ideal, o que ela queria ser ou ter; ou de percepções de outras pessoas significativas para a criança, como a mãe, pai ou irmãos. Elementos corporais, formas físicas marcantes da pessoa a ser desenhada, geralmente é fielmente representado. Ainda de acordo com Hammer (1991), o sujeito além da imagem corporal, pode representar seu self psicológico no desenho, ou seja, seu estado psicológico afeta diretamente a imagem que o sujeito tem de si. Ao se desenhar, o indivíduo tende a representar seu estado psicológico, por exemplo, uma criança com tamanho mediano, normal para a idade, pode se representar menor ou maior no desenho conforme a visão que ele tem de si no momento, se está se sentindo diminuído, insignificante ou se sente exaltado, significativo, preponderante. Por isso, características específicas de cada figura são avaliadas, como as formas, sombreamentos, tamanhos e posições.

De acordo com Hammer (1991), podemos afirmar que cada gesto, expressão, comportamento, verbalizações do sujeito são a marca da sua personalidade. Nosso modo de andar, falar, gesticular, mostra nosso estado psíquico interior, e este estado é representado também nos traços dos desenhos que executamos. Sobre essa afirmação, Hammer (1991) nos explica:

A página em branco sobre a qual se executará o desenho serve como um fundo sobre o qual o sujeito pode esboçar um vislumbre de seu mundo interno, de seus traços e atitudes, de suas características comportamentais, das fraquezas e forças de sua personalidade, incluindo o grau em que pode mobilizar seus recursos internos para lidar com seus conflitos psicodinâmicos, tanto interpessoais quanto intrapsíquicos. (HAMMER, 2001, p.02).

De acordo com Hutz e Bandeira (2007 p.507), “a primeira escala de critério de análise do Desenho da Figura Humana (DFH) como medida de desenvolvimento intelectual de crianças, foi desenvolvida pelo autor Florence Goodenough, em 1926”. Segundo Hammer (1991), essa medida foi baseada principalmente nos detalhes do desenho, e este, evidenciava não somente capacidades intelectuais da criança, mas também características de sua personalidade. Anos depois, a escala foi revisada e ampliada por Harris em 1963. A validade do DFH como teste psicológico tem sido muito questionada, mas, ainda sim, é largamente utilizada pelos psicólogos no mundo todo, isto se dá principalmente pelo baixo custo necessário, a fácil utilização desse método e a boa aceitação por parte das crianças, portanto, o DFH é uma técnica de avaliação psicológica. Como toda técnica de avaliação, o desenho não pode ser usado sozinho, ou seja, expressões, verbalizações e coleta da história de vida do sujeito são necessárias. O teste gráfico projetivo mais conhecido é o House-Tree-Person Test

ou Teste do Desenho da Casa – Árvore – Pessoa (HTP), criado pelo autor John N. Buck, em 1948 (BORSA, 2010).

3.1 Fases do desenho

Cox (2001) descreve as características do desenho infantil de acordo com estudos feitos por diversos pesquisadores ao longo das décadas, e principalmente discute sobre a influência do adulto na produção do desenho da criança. A autora nos relata a forma com que a inibição do ato de desenhar da criança acontece, sendo feita geralmente nos primeiros anos escolares. Pelo fato de os professores e até mesmo os pais exporem seus desenhos, a criança acaba por se preocuparem demasiadamente com a forma com que as pessoas irão agir ao se depararem com sua produção, por essa causa, segundo a autora, interrogações de como o desenho que a criança produziu está, se está parecido ou não com o objeto que ela está retratando, é tão comum. A maioria das crianças adquire seu próprio jeito de desenhar, criando uma marca só dela. Sobre esta concepção podemos pensar em um exemplo, uma criança que desenha um boneco com os pés calçados de chinelo, em um determinado momento, os pais poderão insistir para que ela desenhe os pés descalços ou com outro tipo de sapato. Isto poderá fazer com que a criança reproduza os traços de outras pessoas, pois foi instruída a fazê-lo. Por este motivo o desenho nunca poderá ser analisado sozinho, como único método de avaliação. Gestos, palavras, expressões e coleta da história de vida são a parte fundamental para o trabalho da Psicologia com crianças. A partir do final da infância e início da adolescência, a criança vai perdendo o interesse em desenhar, o que segundo Cox (2001) vem acompanhado do comportamento de usar a régua e objetos que a ajude a desenhar traços perfeitos, e este comportamento a segue até a fase adulta.

Cox (2001) descreve as fases do desenho infantil, e a primeira delas é a fase do Rabisco. Nesta fase, a criança em seus primeiros anos de vida começa a criar seus primeiros traços nas superfícies, todos eles em forma de rabiscos, ou seja, linhas desorientadas sem nenhuma forma aparente. A criança tende a desenhar as pessoas mais próximas, principalmente os pais, na forma de rabiscos. Ainda segundo a autora, a partir desse conhecimento que a criança adquire, de que pode dar nomes ao rabisco, ela já começa declarar verbalmente sobre suas produções, e a partir daí, a criação de histórias sobre o que está desenhando. A partir da fase dos rabiscos, a criança já começa a perceber em seus desenhos características familiares a outros objetos, ou seja, a partir de seu rabisco, começa a perceber as formas, e a partir das formas, pode comparar com outros objetos que se

assemelhem com as formas que desenhou. Segundo Greig (2004), todo mecanismo de elaboração gráfica começa por dois elementos, o traço e o círculo. É a partir dessas duas formas que todos os objetos, figuras, pessoas, são representados graficamente.

De acordo com Cox (2001), a criança quando começa a desenhar a figura humana, inicia seu desenho geralmente pela cabeça, e a partir dela, traça os riscos que compõe os braços e pernas. Sobre essa primeira figura que a criança desenha sobre a forma humana, a autora dá o nome de “figuras de girino”, onde o desenho é geralmente formado por uma cabeça circular grande, e os membros ligados a esse círculo, como se a cabeça e corpo fossem uma única coisa. Essa fase acontece por volta dos dois a três anos de idade. À medida que as crianças se desenvolvem, seus traços também evoluem. Segundo Greig (2004), aos quatro anos, a criança já verticaliza a figura, ou seja, começa a desenhar a passagem da cabeça ao corpo. Por volta dos cinco anos, o desenho da figura humana já possui tronco definido, além de maior riqueza de detalhes, como mãos, pés, sobrancelhas, cílios, cabelos. Por volta dos oito anos, as formas dos ombros e pescoço são adicionadas, pela maior percepção das formas e contornos. (COX, 2001). Derdyk (1990) ressalta que a tomada de consciência das formas é um processo fundamental para o desenvolvimento gráfico e o pensamento visual. Ressalta ainda que, a percepção das formas atua no processo de memorização, o que faz com que as crianças passem a reconhecê-las assim que as vejam, e este processo é necessário para que as figuras sejam representadas simbolicamente. Portanto, o reconhecimento das formas, e a capacidade de organização destas, são os elementos fundamentais para que a criança possa evoluir seu processo de representação simbólica. Derdyk(1990) destaca um ponto importante -sobre a importância do processo de desenhar, principalmente a figura humana, para as crianças:

O processo de aquisição da representação da figura humana nos faz pensar na própria constituição como ser no mundo. A representação da figura humana estabelece vínculos de identidade profundos com nós mesmos – estamos ali expressos. A necessidade de capturar a si mesma, definindo sua imagem e sua figura no mundo, se expressa na insistência natural que a criança tem em desenhar figuras humanas. (DERDYK,1990, p.108).

Desta forma, pode-se perceber que nenhuma produção gráfica da criança é somente um rabisco, uma produção nula de conteúdo e significados. Cada desenho traz de si uma identidade, uma representação de sua personalidade.

4 Estudo de caso

Primeiramente, ressaltamos que todo nosso trabalho se baseia no princípio ético de sigilo, não podendo revelar os nomes verdadeiros dos indivíduos que estão sendo citados.

Portanto, usaremos somente as iniciais de seus nomes, a fim de resguardar suas identidades.

A.A., seis anos de idade, vive em um lar, composto por um casal homoafetivo, formado por duas mulheres, onde uma delas é sua mãe biológica. A.A. ainda mantém contato com o pai biológico, e segundo a mãe, tem um bom relacionamento com ele, mas não sendo tão presente, passando alguns finais de semana e datas comemorativas na casa do pai. Para a captura de maiores informações sobre a dinâmica familiar, foi elaborado e aplicado uma entrevista semi-estruturada, ou seja, foram feitas perguntas abertas para que os sujeitos pudessem se expressar livremente, e assim, apreendermos características que poderia nos ajudar para a observação da relação familiar.

4.1 Método

O processo de coleta da produção gráfica da criança se deu em três etapas, sendo executadas, ao todo, em três dias. O primeiro dia foi o de encontro com a mãe (J.A.) e a madrasta (P.S.), para explicar a finalidade do trabalho, tendo o cuidado de não revelar o conteúdo do desenho a ser feito, o que poderia resultar em influências no processo de criação. No segundo dia, foi feito o processo de coleta do desenho. No terceiro dia, foi feita uma entrevista semi-estruturada, ou seja, perguntas abertas com a finalidade de proporcionar maior liberdade para os sujeitos se expressarem de uma maneira mais natural, o que nos proporciona mais detalhes da história de vida e contato com as expressões e características durante a fala, enriquecendo nosso trabalho.

4.2 Amostra

A amostra é constituída por uma criança do sexo masculino, seis anos, advinda de um lar composto por um casal homossexual, sendo uma sua mãe biológica e a outra sua madrasta, considerando-se, assim, um estudo de caso.

4.3 Instrumento de coleta de dados - desenho

Foi pedido para que a criança desenhasse sua família em um papel, da forma que quisesse, nas cores que quisesse. Não foi exigida nenhuma característica especial a ser

representada.

4.4 Instrumentos para a análise do desenho

Foi utilizado para a coleta e interpretação dos dados, o desenho familiar, e a partir deste, utilizamos o manual do teste projetivo H-T-P, do autor John Buck do ano de 2003, sendo considerado favorável de acordo com o SATEPSI (Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos desenvolvido pelo Conselho Federal de Psicologia, para divulgar informações sobre os testes psicológicos à comunidade e aos psicólogos), além da obra de Dinah Martins de Souza Campos (1969), que discorre sobre a técnica do H-T-P e também sobre o desenho da família. E finalmente, nossa percepção sobre a dinâmica entre os membros, permitindo que a criança represente e explique sobre sua produção.

4.4.1 Sobre o H-T-P

O H-T-P (House-Tree-Person) ou em português (Casa-Árvore-Pessoa) é uma técnica projetiva de desenho usada para a avaliação de aspectos psicológicos de uma pessoa em uma situação específica, sobre a qual o avaliador se dispõe a investigar. Segundo Buck (2003), o H-T-P é a melhor técnica para o desenvolvimento do rapport durante entrevistas terapêuticas, no sentido de que, as pessoas aparentam responder mais livremente quando estão ocupadas desenhando. Segundo o autor, esta técnica é muito usada para obter informações de uma pessoa, sobre sua individualidade em relação aos outros e sua relação com seu ambiente do lar. O uso projetivo dos desenhos foi considerável útil, pois os conflitos profundos são mostrados mais profundamente durante o desenho do que em outras atividades. (BUCK, 2003).

Buck (2003) nos diz que o H-T-P, desde seu desenvolvimento, é investigado tanto como medida do funcionamento intelectual, como medida qualitativa de personalidade. Segundo o autor, quase nenhuma característica dos desenhos, possuem uma interpretação única, e ao mesmo tempo, certa característica pode ser representada no processo, de diversas formas. Sobre esse ponto, o autor articula:

Nenhum detalhe ou combinações de detalhes no H-T-P possui um significado fixo ou absoluto. Tem sido observado convincentemente que o significado atribuído por um indivíduo a um dado detalhe ou combinação de detalhes, ou método de apresentação, é muitas vezes completamente diferente do significado simbólico aceito. Os sinais qualitativos no H-T-P são vistos apenas como indicativos, nunca

tendo significância diagnóstica invariável. (BUCK, 2003).

Desta forma, podemos perceber, que, mais importante do que o material de avaliação, a observação é essencial para que se construa um diagnóstico de qualquer natureza. A técnica do H-T-P é muito útil para a coleta de dados, no sentido de obter-se maior quantidade de dados possíveis sobre o que se pretende avaliar, mas nunca deverá ser seguido cegamente, sem qualquer observação. Por isso, o contato entre o avaliador e paciente deve ser de maneira aberta, face a face, permitindo a construção do rapport, um modo de vínculo terapêutico necessário para que o sujeito se sinta a vontade e se mostre abertamente para o profissional.

4.4.1.1 Aplicação da técnica do H-T-P

Com relação à situação e tempo de aplicação do teste, o autor recomenda que o cliente deva sentar-se, de maneira confortável, em frente a uma mesa. O local onde será feito o processo deve ser silencioso e livre de distrações, requerendo de 30 a 90 minutos, dependendo da quantidade de desenhos que o avaliador solicita.

Em sua aplicação original, o H-T-P possui no mínimo duas fases. A primeira é não-verbal, e consiste em orientar ao indivíduo a desenhar uma casa, uma árvore e uma pessoa, a mão livre, acromático. A segunda fase é composta por perguntas relativas ao conteúdo do desenho que a pessoa fez. A terceira fase consiste em pedir para que o indivíduo desenhe novamente uma casa, uma árvore e uma pessoa, mas dessa vez, com giz de cera coloridos. A quarta fase contempla a explanação desse novo desenho. Ambas as fases, que o avaliador colhe a explanação do desenho feito pelo paciente, são denominadas Inquérito. Em todo o processo, o avaliador não deve dizer ao sujeito que desenha, qual casa, ou qual árvore ou qual pessoa ele deve representar, sendo parte importante do processo de escolha e de manifestação particular de cada indivíduo. (BUCK, 2003).

Para a interpretação do desenho, Buck (2003) nos diz que o desenho da pessoa reflete seu ajustamento psicossocial, enquanto a árvore revela sentimentos intrapsíquicos básicos, mais duradouros e profundos, além de atitudes em relação a si próprio. A casa demonstra aspectos ligados às duas outras representações. Os desenhos coloridos expressam um nível intrapessoal mais profundo, estabelecendo um maior quadro de conflitos e defesas do sujeito.

Não nos limitaremos aqui em analisar o desenho segundo o teste H-T-P. Traremos somente para este trabalho, um embasamento teórico do que diz a literatura sobre o tema.

Usaremos somente algumas considerações do que diz no manual do teste projetivo, sobre o desenho da figura humana, lembrando que, o H-T-P é considerado Favorável no SATEPSI, o que nos proporciona uma melhor qualidade em termos de confiabilidade, além de algumas considerações sobre o desenho da família, organizado por Campos (1969).

4.5 Procedimentos

4.5.1 Primeira etapa

Na primeira etapa, foi o momento de encontro com a mãe e a madrasta da criança, a fim de apresentar a proposta do trabalho, e pedir-se a autorização para que o trabalho fosse feito.

4.5.2 Segunda etapa

O processo de produção do desenho aconteceu da seguinte forma: aconteceu na casa da família, mais especificamente na copa, onde a criança sentou-se em frente a uma mesa. O ambiente estava silencioso, sem interferência de ruídos externos ou qualquer adorno que pudesse chamar a atenção. No momento da produção, a mãe e madrasta saíram da casa, como foi proposto, para que não houvesse interrupções ou influência da presença delas, no desenho, visto que, se elas estivessem presentes no momento, a criança poderia desenhar de alguma outra forma. A duração da atividade de desenhar foi de 15 minutos. Foram dispostos sobre a mesa os materiais, lápis de cores variadas, lápis de escrever preto, uma folha de papel branca. Foi proposto para a criança, que fizesse o desenho de sua família no papel, o que foi prontamente atendido, percebendo-se nenhuma oposição à tarefa. Durante o processo de produção do desenho, A.A. não mostrou nenhum comportamento que pudesse ser interpretado como insegurança em fazer tal tarefa, escolhendo sozinho, as cores que utilizaria, pedindo ajuda somente para apontar os lápis de cor.

Nesta etapa, que foi feita com a criança, primeiramente nos apresentamos e perguntamos se sua mãe já havia comentado sobre o que faríamos ali, o que obtivemos a resposta afirmativa da criança. Ao revelarmos o conteúdo que deveria ser representado, A.A. mostrou-se disposto, não sendo percebida nenhuma oposição para tal tarefa. A.A. explicou a seguinte frase: “Pode desenhar todo mundo? Quem eu quiser?”. Recebeu a resposta afirmativa, e após, iniciou o desenho. A.A. começou o desenho, escolhendo as cores que

queria da forma que queria, representando primeiramente o chão, verde. Ao terminar a primeira figura, disse: “essa é a minha mãe”, e continuou a desenhar. Fez a segunda figura, e exclamou: “esse é eu”. Ao terminar o terceiro desenho disse: “essa é a minha mãe”. Quando questionado sobre as duas figuras serem sua mãe, A.A. respondeu: “é porque eu tenho duas mães”. Tomamos o cuidado aqui de não interrogar ou comentar o assunto de maneira diferenciada, sendo tratado de modo natural. A.A. continuou o desenho, e na quarta figura comentou que iria desenhar seu cachorro, e ao final deste, disse que não sabia desenhar muito bem cachorro, mas que estava aprendendo na escola. Desenhou a quinta figura e disse: “esse é meu pai” e logo comentou “fui na casa do meu pai sábado, caçamos um monte de calango lá, lá é cheio de calango, quando eu crescer vou ser caçador de calango”. Continuou desenhando, no sexto desenho, disse ser a sua avó. O sétimo, disse ser a gata de estimação, e comentou: “a gata deu mais filhotinhos, mas a P.S. deu um monte pros outros, e o cachorro matou um”, continuou comentando: “ganhei uma tartaruga também, só falta fazer o lago pra ela” Questionado se sua mãe iria deixar fazer um lago em sua casa, A.A. respondeu: “qual? (das duas)” Respondido que as duas, e assim terminou: “deixa sim, a J.A. já cimentou o buraco”. Percebemos em sua fala, que a criança age de modo natural quando diz que tem duas mães. Ao término dos sete membros, A.A. perguntou se poderia desenhar os primos também. Desta forma, foi dito que ele poderia desenhar quem ele quisesse. Desenhou os quatro primos e ao final, perguntou se se poderia desenhar um sol e corações. Fez o sol primeiramente e depois desenhou os corações e a nuvem. Feito isso, exclamou: “pronto”.

Ao término do processo, foi feito o momento de contemplação e interrogações acerca do desenho (anexo 1), de modo a estimular mais verbalizações da criança. Foi perguntado novamente quem eram as figuras ali desenhadas, e assim, A.A. respondeu que a primeira era sua mãe P.S., a segunda era ele, e a terceira a J.A. Neste momento, ao ser questionado sobre como ele não confundia as duas mães no desenho, exclamou: “é só depois você ver que a mãe J.A. tem o cabelo curto igual ela, e a P.S. tem o cabelo maior, e o meu é curto também,”. Continuou falando que a quarta figura era o cachorro, a quinta o pai, a sexta a avó, a sétima a gata e os outros os primos.

Nesta mesma etapa, ao final da atividade de desenho, foi disponibilizado e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (modelo em anexo). Nesse termo, são esclarecidos os objetivos, procedimentos do estudo e questões éticas de sigilo (modelo em anexo 2).

4.5.3 Terceira etapa

Na terceira etapa, primeiramente, foi perguntado sobre a história de vida de cada uma delas, sendo abordado sobre suas experiências e como se dá a relação com suas famílias de origem. Essa entrevista foi feita com o intuito de capturarmos mais detalhes da história de vida e da dinâmica familiar, para o auxílio na interpretação do desenho. Foi indagado também como foi o processo de separação entre a mãe e o pai da criança. Foi percebido que a preocupação de como a família reagiria com a relação entre as duas mulheres era em comum entre elas, e que o apoio familiar não foi estabelecido com facilidade. Segue a fala que comprova a nossa percepção:

Namorei com o pai de A.A dos 14 aos 18, com 18 me casei com 19 fui mãe, aos 20 me separei. Foi tudo muito rápido, me separar foi uma decisão que envolvia muitas coisas, mas que foi tomada por mim, ao me descobrir apaixonada por outra mulher. A.A não sentiu a separação porque ainda estava bebê, o que mais me preocupava era a reação de meus amigos e familiares quanto ao fato de eu ter me descoberto lésbica. No começo foi complicado, era um assunto no qual não podia se tocar dentro da casa da minha mãe. O fato de a P.S ter vindo morar comigo dois anos após eu me assumir, trouxe a tona mais uma vez o que principalmente minha mãe ,fazia questão de fingir que não era verdade. Algum tempo depois, um ano pra ser mais exata,a relação entre minha mãe e ela evoluiu de fingir que não existiam uma para outra para festas em família com a presença dela e minha mãe fazendo comidas que ela gosta e mandando pra ela. Não tenho contato com os pais dela, respeito o fato de não quererem ter contato comigo. Eles não interferem na nossa relação. Hoje posso dizer que temos uma vida muito estável. (J.A.)

O processo de revelação de sua condição, homossexual, para os indivíduos, se mostra uma tarefa bastante dolorosa, o que podemos dedicar ao preconceito que ainda existe, principalmente em famílias tradicionais. Segundo Sawin-Williams (2001 *apud* FRANÇA, 2009), a sensação por parte das famílias heterossexuais, de desconhecimento do filho, causa uma perturbação muito grande, sendo o principal motivo para as crises que acontecem dentro da relação familiar. Podemos perceber que a mesma situação ocorre também com a outra participante:

Nasci numa família católica tradicional. Aos 16 anos me descobri homossexual, aos 17 assumi para minha família. Tenho o apoio de todos, menos dos meus pais. No início foi muito difícil, mas depois que sai de casa aos 20 anos, minha relação com eles melhorou. Sobre as diferenças, existem e sempre irá existir, o mundo não evolui e o preconceito vai continuar aí. (P.S.)

Quando questionadas, as participantes explanaram sobre a dinâmica familiar, e a relação entre os membros, destacando o que a criança aparentemente demonstra sobre essa

relação:

A.A. a trata como mãe, e é criado com a presença dela desde pequeno e sabendo da relação que temos uma com a outra. Convive bem com isso, inclusive se orgulha de ter duas mães e parece bem confortável com esse formato de família. Quanto ao pai, temos a guarda compartilhada, o que não significa que ele se faça tão presente quanto deveria. (J.A.)

Comentário de P.S.:

Conheci J.A. há cinco anos, a quatro moro com ela, temos uma relação estável. Ela tem um filho, me dou muito bem com ele, convivemos desde que ele era bem pequeno, sabe da minha relação com ela e me trata e respeita como mãe também. (P.S.)

Foi percebida uma dinâmica familiar saudável entre os membros, durante os dias que tivemos contato. As participantes responderam os questionamentos com tranquilidade e naturalidade, sendo percebidas algumas características que nos leva a fazer tal afirmação. No primeiro encontro, ao qual foi dedicado o processo de apresentação e permissão do trabalho, a criança não estava presente, pois estava em horário escolar. Estavam presentes as duas participantes, que nos receberam gentilmente e autorizaram. O segundo encontro foi dedicado a coleta do desenho, o qual foi descrito anteriormente. Quando ocorreu o terceiro contato com a família, na situação de entrevista, o dia que demandou um maior tempo, os membros mostraram-se espontâneos nas atitudes, mantendo, o que parece, a rotina que costumam ter. Mesmo com a ausência de J.A., que teve que voltar ao trabalho após a entrevista, a todo tempo, A.A. se referia a madrasta como mãe, e perguntava algumas coisas, com relação à atividade que estava fazendo, para ela. Por exemplo, A.A. pediu para tomar café, pois estava com fome. Ao tomar o café, A.A. pediu autorização para comer outro lanche que tinha no armário, diferente do que foi disponibilizado no momento. P.S. instruiu A.A. para que comesse o que ela colocou na mesa, pois ele está em um período de alimentação mais leve, por orientação médica. A maneira com que esta situação ocorreu remete-se a forma semelhante com que um filho se relaciona com a mãe biológica. Toda a situação foi percebida de maneira natural.

Foi abordado também sobre situações de preconceito, como esse assunto é visto pela família:

Poucas vezes passamos por situações de preconceito descarado, às vezes no ambiente de trabalho e outras vezes por homens que não aceitam o fato de duas mulheres se amarem e acharem que tem o direito de querer participar do nosso relacionamento, isso é mais comum. Na maioria das vezes relevamos os comentários

machistas e seguimos o nosso caminho sem que nada disso nos afetasse. A.A. ate hoje não relatou sofrer nenhum tipo de preconceito entre os amigos ou na escola nem em qualquer outro lugar. Acredito que será inevitável ele passar por isso, mas creio também, que pelo fato dele crescer sabendo toda a verdade sobre a família nada tradicional que ele tem, saberá contornar a maioria das situações sem se sentir ofendido com isso. (J.A.)

P.S. também comenta sobre o assunto:

Preconceito, como ela disse, já vivemos em algumas situações, nada grave. Dependendo da situação ,nem ligo, ignoro. A.A. ainda não sofre com isso. Acho que ele saberá lidar muito bem com a situação se acontecer com ele. (P.S.)

Abordado, finalmente, sobre as expectativas sobre o futuro da família:

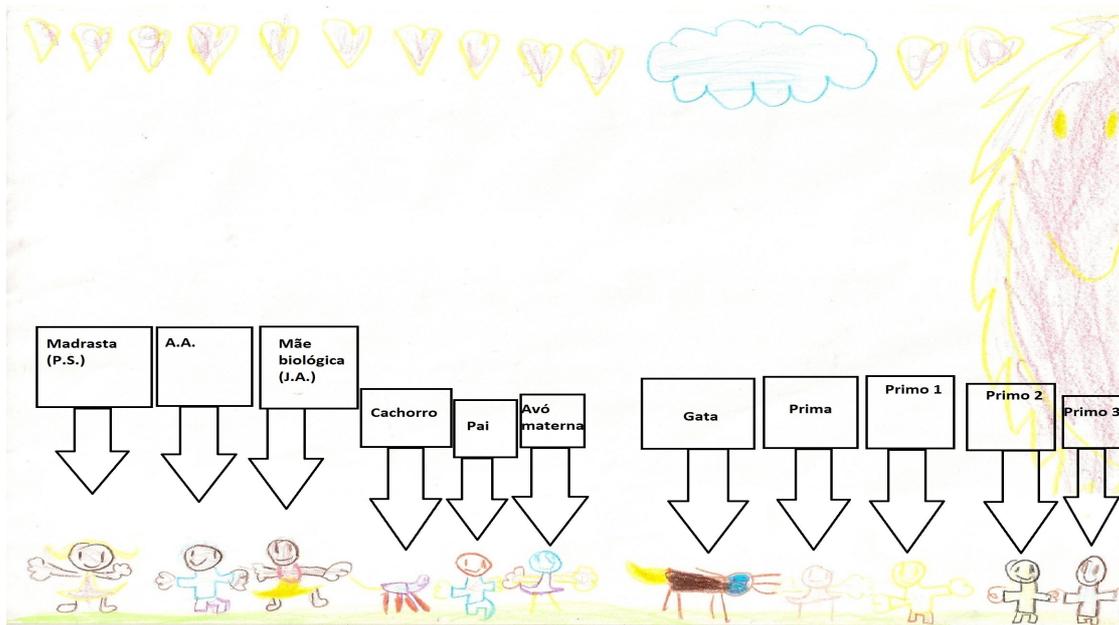
Nossa família é tudo que eu preciso, espero ao lado dela, ver nosso filho crescer, evoluir-se formar, tornar-se um homem digno, um bom profissional independente da área ele escolha, constituir a própria família, e ai sim podermos descansar. Na certeza que nossa missão como mães, foi cumprida com louvor. (J.A.)

P.S. complementa a fala:

Não faço muitos planos. Só espero ter uma casa, ser feliz ao lado da minha esposa, filho e minha gata de estimação. [risos] (P.S.)

4.6 Análise do desenho

FIGURA 01 – Desenho da família



Fonte: A.A (2015)

O desenho (figura 01) foi feito horizontalmente em uma folha de papel branca A4. Todos os membros familiares representados estão lado a lado, todos de frente. Segundo A.A., a primeira figura representada é a madrasta (P.S.), com cabelos médios, de vestido de cor vermelha com contornos amarelos. A segunda figura é A.A., de cabelos curtos, camisa azul e calça roxa. A terceira figura é a mãe biológica (J.A.), com cabelos curtos e vestido vermelho e amarelo. A quarta figura, o cachorro. A quinta figura, seu pai, sem cabelos e com roupa azul. A sexta, sua avó, com vestido roxo. A sétima figura, sua gata de estimação. A oitava figura sua prima, de vestido marrom. A nona, seu primo, de camisa amarela e calça alaranjada. A décima, seu outro primo de roupas amarelas de contorno preto. A décima primeira figura é seu outro primo de roupas azuis de contorno marrom.

Segundo o H-T-P, todos os elementos do desenho devem ser analisados, como posição e tamanho. Esse material nos proporciona um olhar diferenciado, mais atento a determinadas características marcantes das figuras, o que nos ajuda para o levantamento de hipóteses. (BUCK,2003).

Segundo Buck (2003), o Protocolo de Interpretação do desenho é apenas um instrumento facilitador do processo de análise, ajudando o profissional a focar nas características relevantes do desenho. Desta forma, descreveremos e analisaremos o desenho do estudo de caso conforme o que diz o manual do H-T-P sobre a figura humana, e também o que diz Campos (1969) sobre o H-T-P e especificamente, o desenho da família.

Conforme o manual, algumas características podem ser interpretadas como um desequilíbrio no funcionamento psíquico do indivíduo, desta forma, as descreveremos para que possamos comparar com o desenho do nosso estudo de caso. Conforme o manual de correção do H-T-P, de acordo com as proporções:

Uma diferença acentuada de proporções entre o lado esquerdo e o direito da pessoa sugere confusão no papel sexual, especificamente, e desequilíbrio da personalidade, em geral. (BUCK, 2003)

Neste ponto, percebeu-se que todos os membros familiares que A.A. desenhou, possuem um lado um pouco diferente do outro, no sentido de tamanho. Todavia, não pode-se denominar essas diferenças como sendo acentuadas ou que mereçam uma atenção especial, pois até pela idade em que A.A. se encontra, as diferenças de tamanho e formas podem acontecer. Como todos os membros, seja do sexo feminino quanto do sexo masculino, apresentam diferenças, desta forma, não pode-se afirmar que há uma identificação sexual que possa ser identificada por esse fato.

Cabeças desproporcionalmente pequenas são desenhadas por indivíduos obsessivos-compulsivos e podem representar uma negação do lugar de pensamentos dolorosos e sentimentos de culpa. Olhos pequenos conotam o desejo de ver o mínimo possível. Uma boca muito grande implica erotismo oral e/ou tendências agressivas orais. Um pescoço longo e fino sugere características esquizoides. Um tronco desproporcionalmente grande implica a presença de impulsos insatisfeitos que o indivíduo pode sentir intensamente. Um tronco desproporcionalmente pequeno sugere uma negação de impulsos do corpo e/ou sentimentos de inferioridade. [...] Ombros desproporcionalmente grandes revelam sentimentos de força ou muita preocupação acerca da necessidade de força ou poder, enquanto que ombros muito pequenos implicam sentimentos de inferioridade. (BUCK, 2003)

Conforme o desenho, pode-se perceber que a cabeça de cada indivíduo representado está em um tamanho mediano, não muito grande nem muito pequeno, e todos se equiparam em suas proporções. Os olhos, mesmo que sem muitos detalhes, estão em um tamanho mediano, não sendo percebida uma grande preocupação em fazê-los. Podemos perceber que todos os membros desenhados estão sorrindo, e a boca não possui nenhuma característica que nos chame a atenção. Podemos perceber que todos os membros do sexo masculino possui pescoço, desenhado juntamente com a camisa, e os membros do sexo feminino não possui pescoço. Pode-se dizer que, pelo fato de A.A. ter 6 anos, ele ainda está na fase de aprendizado, o que segundo Cox (2001), acontece até a fase da adolescência, onde o indivíduo costuma a recusar-se a praticar tal ação. Segundo a autora, por volta dos cinco anos, a criança começa a desenhar os detalhes das figuras humanas, como cabelos, pés, mãos. E como pôde-

se perceber, com 6 anos recém-completados, A.A. ainda está na fase de aprender a desenhar os detalhes. Não pode-se dizer que A.A. tenha algum transtorno que possa ser evidenciado por essas características, pois, até mesmo pelo fato de o H-T-P ser utilizado para crianças maiores de 8 anos, uma criança de 6 anos ainda está aperfeiçoando seus traços. Com relação aos ombros, nenhuma característica pode ser observada como sendo peculiar.

Braços muito longos implicam esforço para ambição exagerada, enquanto braços muito curtos conotam a ausência de esforço. Braços largos sugerem um sentimento básico de força para luta. Braços finos retratam sentimentos de fraqueza. (BUCK, 2003)

Os braços que A.A. representou, não possui uma característica marcante a qual pode-se concluir ou afirmar ter algum significado. Aparenta ser traços de uma criança que ainda está na fase de desenvolvimento de seu processo de grafismo.

Mãos grandes implicam impulsividade e falta de capacidade nos aspectos mais refinados do convívio social. Mãos pequenas sugerem uma relutância para estabelecer contatos mais íntimos e refinados na convivência psicossocial. Pernas desproporcionalmente longas conotam um forte esforço para autonomia, enquanto pernas muito curtas implicam sentimentos de constrição. Disparidade no tamanho das pernas sugere ambivalência relacionada ao esforço para autonomia ou independência. Pés muito grandes indicam necessidade de segurança e sugerem uma necessidade de demonstrar virilidade. Pés desproporcionalmente pequenos implicam constrição e dependência. (BUCK, 2003)

Com relação às mãos, pode-se perceber que elas são grandes e com formatos diferentes entre uma figura e outra. Mas tendo em vista o comportamento de A.A., percebido durante o contato que tivemos, nenhum desajuste de relacionamento ou convívio social, que é o que propõe o manual do H-T-P, pode ser afirmado. Por ser o primeiro encontro, que, A.A. foi bem solícito e extrovertido, contando alguns fatos que aconteceram com ele, mesmo não sendo indagado. A família também não fez nenhum comentário que o convívio social da criança seja ruim, sendo comentado pela família que eles sempre recebem muitas visitas, e que A.A. convive muito bem com todos. As pernas das figuras se diferenciam em alguns membros. Podemos ver que as pernas das figuras que representam a mãe e a madrasta são mais elaboradas do que os dos outros membros do sexo feminino. Ao ser questionado sobre essa percepção, A.A. respondeu primeiramente que as pernas da mãe e da madrasta são diferentes porque estão de vestido, e ao ser questionado pelo fato de as outras mulheres também estarem de vestido, disse que é porque as outras têm as pernas maiores, e por isso não fez os pés. No momento do questionamento, A.A. falou da mesma maneira com que conversou durante todo o processo de desenho. Não pode-se questionar a fundo, visto que este

trabalho é pautado na liberdade de expressão, tanto artística quanto emocional, da criança. Questionamentos sobre a forma com que a criança responde, poderia eliciar respostas diferentes e intimidá-lo, comprometendo o trabalho de rapport durante o procedimento. Não pode-se tirar conclusões sobre o fato de suas respostas sobre as diferenças entre as pernas do desenho, pois a criança demonstrou durante todo o tempo, a mesma expressão ao desenhar todos os membros. Visto que como já abordamos, a criança ainda está na fase de aprendizado no processo de desenhar, diferenças, como essa citada, podem ocorrer, até mesmo pelo fato de serem as primeiras pessoas que foram representadas no desenho, e logo após ter sido desenhado o cachorro de estimação, que possui as pernas de palito, os outros membros também foram representados com pernas de palito.

Campos (1969) discorre sobre o desenho infantil como instrumento de diagnóstico da personalidade, e especialmente sobre o H-T-P organizado pelo autor John Buck, e os autores como Machover e Hammer, que na época, também utilizavam o desenho da família como instrumento de avaliação. Ainda hoje o desenho da família é usado como instrumento para confirmação de hipóteses. Não tem o parecer favorável de acordo com o SATEPSI, mas pode ser usado, juntamente com outros testes ou métodos para confirmações de hipóteses diagnósticas. Assim, de acordo com Campos (1969), conforme a caracterização do traço:

Forte – Medo, insegurança, agressividade sádica, dissimulação. Leve normal – Bom tonus, equilíbrio emocional e mental. Apagado – Dissimulação da agressividade, medo de revelar seus problemas, debilidade física, inibição, timidez discreta. (CAMPOS, 1969)

Pode-se perceber, no desenho (em anexo), que os traços foram leves, não demarcando o verso da folha e nem apagados.

De acordo com Campos (1969),” a relação entre o tamanho do desenho e o espaço disponível na folha de papel pode estabelecer um paralelo com a relação dinâmica entre o sujeito e seu ambiente, ou entre o sujeito e as figuras parentais.” Desta forma, a autora ainda destaca que “tamanho normal – inteligência, com capacidade de abstração espacial e de equilíbrio emocional”. Pode-se perceber que as figuras estão representadas em tamanho médio com relação ao espaço disponível na folha. A autora ainda nos diz sobre a ordem das figuras desenhadas:

Análise de cada figura – A primeira pessoa desenhada para a figura de maior valência, positiva ou negativa. Verificar traços, negrito, transparência, riscados, localização, proporção, etc., da pessoa desenhada. Verificar a segunda, a terceira pessoas desenhadas e, assim sucessivamente. De acordo com a colocação das

figuras, descobre-se a valência dessas pessoas, para o propósito. (CAMPOS, 1969)

As três primeiras pessoas desenhadas foram, a madrasta seguida da própria criança e logo após, sua mãe. De acordo com a posição, a criança se desenhou entre as duas. Isso tem um valor bastante significativo, pois a criança se desenhou no mesmo tamanho das outras pessoas, sendo todas as figuras do mesmo tamanho. Não teve, como podemos perceber, nenhuma figura que se destacou no desenho. As primeiras pessoas desenhadas estão de acordo, segundo a própria criança, como elas são de verdade. Os cabelos das três primeiras figuras, de acordo com A.A. são da forma que ele vê. A primeira figura tem o cabelo maior, como o da madrasta, o cabelo da segunda figura, onde é representado ele próprio, tem o cabelo cacheado e curto, conforme a realidade. A terceira figura, que representa a mãe biológica tem o cabelo curto, conforme a realidade. Por A.A. ter desenhado sua família com as características reais, ou seja, não desenhou os membros representados por animais ou objetos, nos demonstra o que parece ser uma boa aceitação de sua condição familiar no momento. Campos (1969) também descreve a situação de uma característica importante:

Omissão do propósito – não se sente que participa, realmente, na família. Não recebe a afetividade que necessita. Rejeita, ou se sente rejeitado (ou desejo de se afastar). O desejo de se afastar, por estar ligado, ou se referir à pessoa que vem em último lugar, poderá ser a mãe ou outra pessoa. Pode ser um mecanismo de compensação. O propósito procura atrair a figura e, não conseguindo, coloca-a no fim.

Nenhum membro da família foi omitido, nem mesmo a própria criança. Além disso foi observado que todas as figuras estão com o semblante de sorriso, e as cores em tons claros, não predominando nenhuma cor específica a qual pudesse ser significado de acordo com a literatura. Elementos como o sol e corações compõe o desenho, de forma colorida. De acordo com Campos (1969), cores usadas predominantemente têm seu significado. O uso somente de uma cor, entre as diversas que foram disponibilizadas, poderia ter um significado, mas como podemos observar na figura (em anexo), nenhuma cor predominou, sendo usadas diversas cores, a critério da criança.

4.7 Resultados

A entrevista, na terceira etapa, foi bastante esclarecedora para que fosse compreendida a forma com que a relação familiar acontece. A história da formação dessa família nos possibilita compreender aspectos da vida de cada membro e a forma com que cada

um se vê em suas particularidades. Pode-se dizer, a partir dessa entrevista, que a família se mostra bem estruturada, esclarecida sobre as possíveis dificuldades que enfrentaram e poderão enfrentar futuramente, se mostrando preparados e dispostos a continuar juntos apesar de qualquer diversidade.

De acordo com o resultado da análise do desenho, a criança não apresentou nenhum traço ou característica que fosse remetido a algum transtorno causado pela configuração familiar. O desenho de A.A. não parece diferenciar de um desenho de alguma criança que tem sua família configurada de acordo com o padrão tradicional da sociedade. Nenhum transtorno de personalidade, mesmo sabendo-se que este trabalho não objetiva tal exploração, foi observado. Não houveram características marcantes, que permitisse encontrar dentro de todas as recomendações do teste, e desta forma, essa ausência é o que nos proporciona tal observação.

Foi percebido, em todo o processo, que A.A. apresentou falas coerentes, conseguindo responder todas as perguntas de forma natural, sem receios. Mostrou-se tímido no início, mas foi se soltando aos poucos. Foi percebido também algumas características da relação familiar, onde nos pareceu, durante os dias que tivemos contato, uma família bem estruturada, no sentido de ter suas próprias regras. Tanto J.A. como P.S. estabelecem ordens a serem cumpridas por A.A., e a dinâmica familiar não se diferencia significativamente de qualquer outra família composta por um casal heterossexual. Percebeu-se que não houve nenhuma fala muito significativa, diferente na fala de A.A., desta forma, nos parece uma criança como qualquer outra, com comportamentos e falas de uma criança que não aparenta ter nenhuma dificuldade ou transtorno por causa de sua configuração familiar.

5 Considerações finais

Com a diversificação das formas de constituição familiar, normalmente vem por parte da sociedade também as dúvidas e questionamentos acerca de como as novas famílias serão capazes de educar uma criança da mesma forma com que sempre aconteceu nas famílias tradicionais. Como foi constatado neste trabalho, este questionamento nos mostra uma forma de pensar que ainda apresenta resquícios do passado, onde a família tradicional sempre foi composta por uma mulher, um homem e filhos.

A Psicologia tem o importante papel de minimizar os efeitos desse pensamento tradicional e pragmático, que acaba por segregar e estigmatizar as famílias ditas como “diferentes” em nossa sociedade. Entretanto, em toda a história, as famílias foram mudando sua formulação. A Psicologia deve sempre se atualizar acerca de novos assuntos, novas questões que estão sendo discutidas na sociedade, para que possa dar seu parecer, sua visão, a fim de contribuir para o esclarecimento de questões como essas. Por isso todo estudo, todo trabalho da Psicologia nesse contexto é muito válido e necessário.

Pôde-se, ao longo de nosso estudo, perceber que, com relação à educação, limites e a afetividade, em nada a família homoparental se diferencia de outras configurações. A criança não apresenta nenhuma característica diferente a que podemos vincular à sua configuração familiar. Pela análise do desenho, podemos concluir que a criança não aparenta demonstrar nenhum tipo de desajustamento social ou psicológico que tenha relação com sua configuração familiar no momento.

O carinho, respeito e amor, quando nos tratamos de seres humanos, ainda são os pilares de qualquer relação, sendo as características que prevalecem para se estabelecer uma relação saudável na dinâmica familiar. Pode-se dizer que o modo como cada indivíduo se vê no mundo, diz respeito a sua singularidade, e a partir dela, desenvolve-se o modo de se relacionar com o mundo. Desta forma, os valores que os pais passam para a criança irão ajudar-lhe a concretizar sua própria essência, e a partir dela, a maneira com que esse indivíduo se revela ao mundo. Constatamos que o modo com que a criança se vê em sua família acontece de modo natural, não se diferenciando de outras crianças advindas de famílias tradicionais. Assim, a maior preocupação que a sociedade deve ter em se tratando de famílias homoparentais, é o preconceito vivido por elas, e a maior dificuldade da família não é a forma com que a criança se vê, mas a maneira com que a sociedade olha para essa família.

6 Referências bibliográficas

AGUIAR, Luciana. **Gestalt-terapia com crianças: teoria e prática**. São Paulo: Summus, 2014. p. 27-73.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BORSA, Juliane Callegaro. Considerações sobre o uso do Teste da Casa-Árvore-Pessoa – HTP. **Avaliação Psicológica**, Porto Alegre, v.9, n.1, pub. Abr. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712010000100017> Acesso em: 10. Jun. 2015.

BUCK, John N. **H-T-P: casa-árvore-pessoa, técnica projetiva de desenho: manual e guia de interpretação**. Tradução de Renato Cury Tardivo; revisão Iraí Cristina Boccato Alves. 1 ed. São Paulo: Vetor, 2003.

BRASIL. Congresso. Senado. Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013. **Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/resolu%C3%A7%C3%A3o_n_175.pdf>. Acesso em: 06 out. 2015.

CAMPOS, Dinah Martins S. **O teste do desenho como instrumento de diagnóstico da personalidade**. 24.ed. Rio de Janeiro: Vozes.1969. 98p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP n. 001/99 de 22 mar. 1999. **Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual**. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf> Acesso em 2. out. 2015.

COX, Maureen. Tradução Evandro Ferreira. **Desenho da criança**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 270 p.

DERDYK, Edith. **O desenho da figura humana**. São Paulo: Scipione, 1990. p. 100-127.

FARIAS, Mariana de Oliveira; MAIA, Ana C. Bortolozzi. **Adoção por homossexuais: a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica**. Curitiba: Juruá Editora. 2009.

FRANÇA, Maria Regina Castanho. Famílias Homoafetivas. **Revista Brasileira de Psicodrama**, São Paulo, v.17, n.1, 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932009000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 nov. 2015.

FREITAS, Neli Klix; CUNHA, Jurema Alcides. Desenho da casa, árvore e pessoa (HTP). In: CUNHA, Jurema Alcides; *et al.* **Psicodiagnóstico-V**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. cap. 35, p. 519-528.

GREIG, Philippe. **A criança e seu desenho: o nascimento da arte e da escrita**. Tradução Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2004. 233 p.

GUARESCHI, Pedrinho. **A categoria “excluído”**. Psicologia: ciência e profissão, 1992. 11 p.

v. 12.

HAMMER, E. F. **Aplicações clínicas dos desenhos projetivos**. Tradução de Eva Nick. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991. 500 p.

HUTZ, Claudio Simon; BANDEIRA, Denise Ruschel. Desenho da figura humana. *In*: CUNHA, Jurema Alcides; *et al.* **Psicodiagnóstico-V**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. cap.33, p. 507-512.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: < <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/familias-e-domicilios.html>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

KAMERS, Michele. **As novas configurações da família e o estatuto simbólico das funções parentais**. Estilos da Clínica, São Paulo, Vol. XI, n. 21, p.108-125, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Resolução 217^a(III) de 10 dez. 1948. **Declaração universal dos direitos humanos**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 06. out. 2015.

RIBEIRO, H. C. F. Direitos humanos, direitos sexuais e as minorias sexuais. *In*: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (org). **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2009. Cap.2, p. 13-35.

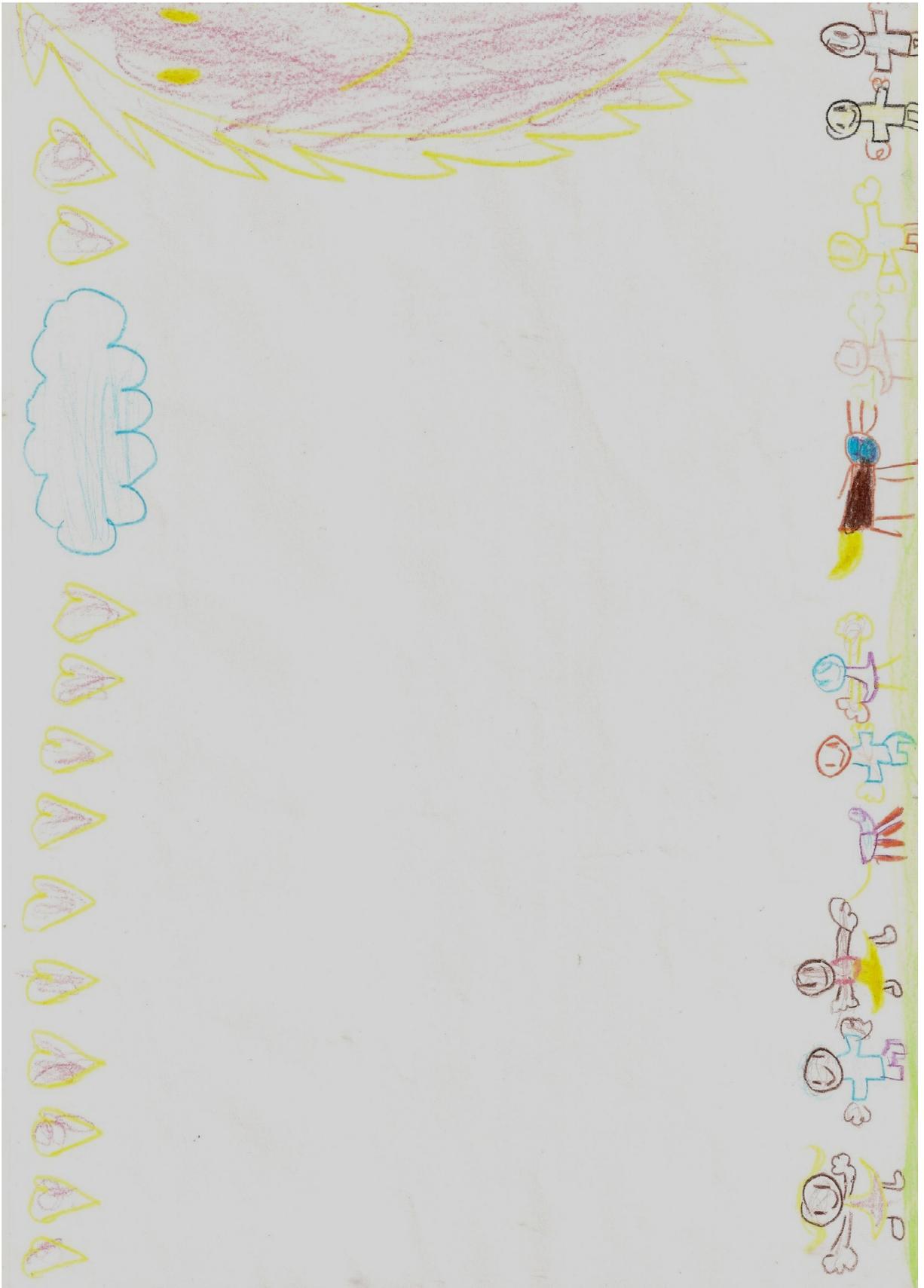
ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor,2003.

SERAPIONI, Mauro. O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.10, p.243-253, Dez.2005. <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000500025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10. Jun. 2015

SILVA, João Ricard Pereira. A parentalidade de cara nova: quando os homossexuais se decidem por filhos. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Adoção: um direito de todos e todas**. Brasília: CFP, 2008. Cap. 3, p. 17-20.

UNICEF. **Famílias: parceiras ou usuárias eventuais**. Brasília. Claves. 2004. Disponível em: < <http://www.unicef.org/brazil/pt/livrofamiliaviol.pdf>>. Acesso em: 10. Jun. 2015.

UZIEL, Anna Paula. **Família e Homossexualidade: velhas questões, novos problemas**. 2002. 262 f. Tese (Doutorado de Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.



Anexo B – Modelo de TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido)



UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS – UNIPAC
FACULDADE REGIONAL DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS – FACEC
CURSO DE PSICOLOGIA

NOME DO PESQUISADOR

Pesquisador Responsável: Paolla Fernandes da Cruz Cabrera

Endereço: Rua Vereador José Barbosa – 309 – Crespo

CEP: 36.280-000 – Carandaí – MG

Fone: (32) 91118394

E-mail: f.paolla@yahoo.com.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “O desenho infantil na representação parental de casais homoafetivos”. Neste estudo pretendemos analisar como a criança enxerga seu mundo, sua família, suas questões, por meio de sua produção, o desenho, este sendo feito através de sua concepção parental, ou seja, produzindo o desenho de sua família.

O motivo que nos leva a estudar se deve principalmente ao fato de que atualmente muito se fala sobre como essas novas formas familiares se constituem, e uma dúvida muito presente ao se discutir sobre a homoparentalidade, é inevitavelmente, os aspectos psicológicos da criança. A importância deste trabalho na psicologia deve-se a necessidade de levar à sociedade a abranger o olhar que se têm com relação às diferentes formas familiares. Acreditamos que uma família bem estruturada psicologicamente não tenha ligação direta com a identidade de gêneros parentais, mas pela qualidade das relações nela contida.

Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos: Nosso instrumento para a coleta de dados será o desenho, analisando também suas ações e verbalizações durante o processo. Para basearmos em um referencial teórico, utilizaremos pesquisa de cunho bibliográfico com autores da Psicologia como, Mariana de Oliveira Farias (2009), Juliane

Callegaro Borsa (2010) . Não haverá riscos para a criança e nem para qualquer pessoa durante os procedimentos.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo “Estudo de caso sobre o desenho da criança”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Barbacena, _____ de _____ de 2015.

Nome Assinatura participante Data

Nome Assinatura pesquisador Data

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

Orientadora: Maria Margarete Pinto Chaves CRP-MG:14107/04

E-mail: m2pchaves@oi.com.br